



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

**SMART CULTURAL TOUR – GESTÃO DE TECNOLOGIAS  
APLICADAS AO TURISMO EM SÍTIOS DE PATRIMÔNIO  
CULTURAL.**

**Smart Cultural Tour – App gestão de tecnologias para a Praça São  
Francisco.**

Ciências Sociais Aplicadas  
História e Patrimônio Cultural  
Turismo e tecnologia

Relatório Final

Agosto de 2019 a Julho de 2020

Este projeto foi desenvolvido com bolsa de iniciação científica PIBIC/COPES

Orientador: Janaina Cardoso de Mello  
Aluno: Romero Romulo da Silva Júnior

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>2. Objetivos.....</b>	<b>6</b>
<b>3. Metodologia.....</b>	<b>6</b>
<b>4. Resultados e discussões.....</b>	<b>7</b>
<b>5. Conclusões.....</b>	<b>17</b>
<b>6. Perspectivas de futuros trabalhos.....</b>	<b>18</b>
<b>7. Referências bibliográficas.....</b>	<b>18</b>
<b>8. Outras atividades.....</b>	<b>20</b>

## RESUMO

A pesquisa aborda a preservação da memória histórica e cultural em sítios de patrimônios culturais - em especial a Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), chancelada pela UNESCO em 2010 - através da tecnologia digital. O uso de aplicativos de áreas patrimonializadas possibilita uma Educação Patrimonial mais interativa e atrativa sobre os conhecimentos de tempo e espaço, visto que a tecnologia atualiza a memória histórica no processo de preservação e comunicação com os sujeitos do presente. O desenvolvimento e a disponibilização, portanto, do aplicativo *Smart Cultural Tour* - contendo um banco de dados com informações históricas, imagens, vídeos e *podcasts* - viabiliza o estímulo à população local para a salvaguarda e a gestão compartilhada, despertando não só o sentimento de identificação e pertencimento com os bens culturais, mas também sendo instrumento de atração e de orientação dos visitantes; ampliando, assim, a competitividade turística da região. Além disso, não é endógeno pois traz dados de 21 patrimônios mundiais brasileiros, único da modalidade. A pesquisa envolveu o levantamento e a análise bibliográfica de documentos relacionados à candidatura da praça e gestão do patrimônio mundial pela UNESCO; visitas técnicas com entrevistas informais e aplicação de formulários; além da imersão no processo de TDICs através da criação do app em plataforma aberta. No processo, foi criada uma marca mista com registro no INPI cuja transferência tecnológica para a Secretaria de Turismo de São Cristóvão e as páginas, local e nacional, do Sebrae está em curso.

**Palavras-chave:** história; patrimônio cultural; tecnologia; turismo.

## 1. INTRODUÇÃO

Com o advento das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs), em curso desde o início do século XXI, o modo de se comunicar e resguardar informações se transformou radicalmente no mundo. Se por um lado os processos de comunicação e informação – que culminam na formação do conhecimento – atualizaram seus processos de modo disruptivo e exponencial<sup>1</sup>, o ensino de História ainda tende a perpetuar uma metodologia hermética na qual a historiografia é repassada como um entendimento pronto, através de narrativas hegemônicas e factuais, estimulando apenas a assimilação e reprodução dos acontecimentos sem que haja uma compreensão crítica destes.

A construção do saber histórico, na relação professor-alunos, por isso, suscita metodologias mais ativas, dinâmicas e pensadas para as novas gerações que nascem e crescem imersas nas tecnologias digitais, de modo a possibilitarem uma construção colaborativa do saber com maior criatividade, autonomia e prática, não só nas instituições como também para além delas. Afinal, no que tange à formação das Licenciaturas, pressupõe-se: “[...] a plena realização do sentido do termo professor pressupõe o domínio do conhecimento, da teoria, do método, bem como a capacidade de criação, para além de um ensino de repetição do conhecimento criado por outros” (CERRI, 2006, p.225).

Nesse sentido, é importante ressaltar que esse saber histórico e sua aprendizagem não devem estar retidos somente aos espaços de ensino formal porque, sobretudo, é a partir da relação e experiência com outras instâncias da vida cotidiana que se estabelecem condições sociais e políticas para a observação de conflitos, desigualdades e preconceitos que uma educação consciente deve combater.

A formação da cidadania, no sentido de pensar e tomar decisões coesas, é otimizada quando o sujeito detém uma perspectiva história crítica, e no seu contato com o entorno que lhe confere significado de existência, identidade cultural e referência de pertencimento à um espaço, se compreende herdeiro de ancestralidades. Isto posto que nos orientamos por um conceito de patrimônio cultural entendido como:

---

<sup>1</sup> Entendemos disrupção como um movimento tecnológico digital que rompeu com os modelos e aplicações anteriores de tecnologia, inovando e criando situações completamente distintas daquelas do século XX, à exemplo da Internet das Coisas (IoT), armazenamento de dados em nuvens (*Cloudcenters*), uso de drones e laser de escaneamento 3D, impressoras 3D de prototipagem rápida, etc. Essas tecnologias digitais disruptivas são ainda exponenciais porque sua inovação surge em uma velocidade crescente e simultânea.

[...] expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão (PELEGRINI, 2007, p.89).

Por isso os estímulos advindos de uma Educação Patrimonial que o ensine a perceber a historicidade de edificações e praças, rios e lagos, matas e mangues, festas e acontecimentos, gastronomia e artesanato, danças e cantorias, ao longo dos tempos, mas também o instiga a cuidar, fiscalizar e demandar procedimentos de conservação, preservação, restauração, difusão, usos sociais dos espaços públicos e desenvolvimento do potencial de economia da cultura e economia criativa presentes nas áreas às quais são atribuídos títulos de patrimônio quer por órgãos municipais, estaduais, federais ou internacionais, são cada vez mais necessários.

Uma Educação Patrimonial fundamentada na história, em memórias plurais, sentidos antropológicos e sociológicos, testemunhos arqueológicos e arquitetônicos, mas também nos princípios da administração pública (gerenciamento), das TIDCs como forma de extroversão digital e do Turismo como estratégia de geração de emprego e renda dos residentes, acolhimento dos visitantes, mas ainda, acompanhamento de práticas conscientes que informam sobre os cuidados para a manutenção e rejeitam a depredação.

Considerando que o reconhecimento de sítios históricos culturais e naturais pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade, conferem o caráter simbólico e legal de proteção a área para as gerações futuras, mas implicitamente, do mesmo modo, essa menção implica no aumento do turismo devido ao importante valor da atração e à demanda por desenvolvimento econômico por parte de gestores públicos, o que em alguns casos pode colocar em risco a própria sobrevivência do espaço patrimonializado. Isso porque a inscrição nas listas do Patrimônio Mundial constitui-se em uma das principais razões pela qual milhões de turistas visitam esses lugares (GONZÁLEZ SANTA-CRUZ; LÓPEZ-GUZMÁN, 2017, p.111).

Assim, o projeto de pesquisa *Smart Cultural Tour – App* Gestão de Tecnologias para a Praça São Francisco teve como objetivo compreender os desafios na valorização e na manutenção dos patrimônios culturais da humanidade, a partir de um estudo direcionado ao espaço sob chancela da UNESCO em São Cristóvão (SE). Nesse sentido, foi importante abarcar não só o processo histórico de formação do bem cultural sergipano e sua singularidade arquitetônica, mas também a relação entre os grupos sociais e seu patrimônio nas práticas de gestão da salvaguarda do bem

cultural. Consoante a isso, elaboramos o aplicativo *Smart Cultural Tour* articulando as ferramentas tecnológicas digitais de informação e comunicação (TIDCs) à Educação Patrimonial, promovendo um registro acessível da história e atualizando o seu modo de compartilhamento com os sujeitos do presente, residentes, turistas e gestores públicos.

## **2. OBJETIVOS**

Como ocorre em toda a pesquisa, o plano de trabalho aqui relato possuiu como seus objetivos norteadores:

- Identificar os principais desafios interculturais em relação ao envolvimento da tecnologia turística que os locais de Patrimônio Mundial, como a Praça São Francisco, em Sergipe, enfrentarão no futuro.
- Propor um *app* turístico para os bens culturais brasileiros inscritos na lista do Patrimônio Mundial, com ênfase na Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), capaz de estimular a salvaguarda e gestão compartilhada.

## **3. METODOLOGIA**

Foram realizados encontros regulares da equipe do projeto, com o objetivo de compartilhar e aprofundar a experiência teórica-metodológica, configurados em reuniões para leitura de referenciais sobre Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial.

A pesquisa bibliográfica sobre História de Sergipe, a saber: fundação e construção da cidade de São Cristóvão foi fundamental para tecer uma narrativa historiográfica capaz de alimentar o banco de dados do aplicativo a ser construído. Ainda, agregando-se a leitura de textos de turismólogos sobre a cidade e seu potencial turístico, o material da proposta apresentada à UNESCO para reconhecimento da Praça São Francisco como patrimônio mundial (textos históricos, cartografia, plantas baixas, iconografia), o site do IPHAN e os relatórios de restauração, conservação, usos sociais e gestão das cidades históricas.

Houve a realização visitas técnicas à Praça São Francisco, em São Cristóvão, e regiões adjacentes compreendendo a relação dos moradores com o espaço tombado enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, bem como os desafios enfrentados na manutenção do espaço físico e sua chancela. Além de encontros com setores responsáveis da Prefeitura de São Cristóvão, a saber, responsáveis pela Secretaria de Turismo naquele município.

Foram realizadas entrevistas informais para levantamento de dados sobre o tema, visando o entendimento de como os indivíduos se relacionam com o patrimônio cultural e, especialmente, sobre a relação patrimonial com a Praça São Francisco. A partir do conhecimento de suas demandas refletimos sobre os conteúdos que deveriam integrar o aplicativo *Smart Cultural Tour*.

Também foi preciso acessar os índices de competitividade turística do governo federal para perceber os pontos fortes e as fragilidades de cidades que não são capitais, tendo por foco os dados estatísticos relativos aos atrativos turísticos, *marketing* e promoção do destino, economia local e aspectos culturais entre 2008 e 2014 (última divulgação pública desses dados).

O desenvolvimento do *App Smart Cultural Tour*, desdobrou-se em duas partes, a primeira de ordem do “fazer da pesquisa”, no que tange ao aspecto de contribuição para a gestão do patrimônio mundial, seguimos as orientações da abordagem de planejamento baseada em valores: “Coletar dados/informação > Avaliar o significado > Avaliar as condições > Planejar a conservação/gestão”.

A metodologia técnica para o *App* o compreendeu cinco etapas: a) preparação (primeira noção do produto e papéis da equipe na captação de dados para alimentação do *software* a ser criado); b) incorporação (demandas dos usuários e definição da arquitetura do *software*); c) desenvolvimento (criação do *app* na plataforma aberta *AppGeyser*); d) testes (avaliação da usabilidade – acesso, funcionamento de *plugins*, velocidade, quantidade de memória para *download*, inteligibilidade, interatividade, identificação e correção de erros); e) disponibilização (*download* via *QR Code*). A alimentação do *App* partiu dos dados obtidos com a pesquisa.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

- **Contexto histórico de formação da cidade de São Cristóvão e a singularidade arquitetônica da Praça São Francisco.**

Antes de tudo, é preciso compreender o processo histórico de formação da Praça São Francisco e o motivo de seu tombamento enquanto patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO. A cidade de São Cristóvão, onde esta se localiza, tem sua construção intimamente ligada ao processo de colonização do território sergipano. O interesse de conquista e de garantia do território, primeiramente, se deu não só como uma reação para impedir as negociações francesas com os indígenas - através do escambo de pau-brasil - na costa litoral, como também devido a sua posição privilegiada entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco, dois polos florescentes naquele período, o que possibilitaria uma facilidade de comunicação entre as áreas.

A consonância entre a ambição dos criadores de gado da Bahia pelas prósperas terras sergipanas e a necessidade portuguesa de mão de obra escrava e controle territorial, por meio da dominação dos nativos, fez com que a ocupação ocorresse de forma violenta e incisiva. O que contrapôs as intenções jesuíticas de catequização dos indígenas; que, por sua vez, tentaram resistir em aliança aos franceses. Tais acontecimentos culminaram, no ano de 1590, em uma guerra liderada por Cristóvão de Barros que - após a vitória sobre os indígenas e os franceses - fundou a cidade de São Cristóvão. O Frei Antônio de Santa Maria Jaboatam descreve o acontecimento:

Christovaõ de Barros a ganhar a terra ao Gentio, e Francezes. E assim, sempre foy, e he tradição constante, passada de liuns a outros nesta Capitania, ser elle o Conquistador, Povoador, e Fundador da Cidade de Serecipe Del-Rey; e que em obsequio do Santo do seu nome e dera à nova cidade, chamando-a de S. Christovaõ. E que a esta Conquista lhe desse principio, ou nos fins do anno de 1589 ou por todo o de 1590 [...] e mais certo o de 1590 (JABOATAM *apud* ALVES, 2012, p.119).

A primeira localização geográfica de São Cristóvão se deu nas proximidades do Rio Poxim - região em que atualmente está a cidade de Aracaju -, entretanto ataques piratas fizeram com que a cidade fosse realocada. Sendo assim, é transferida para as proximidades do Rio Santa Maria, onde novamente sofre ataques. Em 1607, por questões de segurança, sofre sua última transferência para uma região alta cuja escolha se dá estrategicamente, pois era importante estabelecer uma cidade-fortaleza capaz de se proteger contra os ataques inimigos (Apêndice 1, p.22).

O que, todavia, não impede que nas décadas seguintes, com a invasão holandesa, a cidade viesse a baixo, mas é justamente no lento processo de reconstrução desse mesmo espaço, após as invasões, que se configura a arquitetura com fortes influências religiosas preservadas até hoje. A cidade, portanto, é um símbolo do processo de colonização portuguesa e quanto a sua função colonial Raminelli ressalta:

Por conseguinte, as áreas urbanas constituíam verdadeiros núcleos de colonização, centros de onde partiam as expedições dedicadas a “pacificar” territórios virgens. (...) o controle dos centros urbanos transformava-se em um fator fundamental para o domínio das áreas produtoras. O apoio logístico dos estrangeiros se encontrava, então, nas vilas e não nos engenhos. A partir dessa constatação tornam-se óbvios os motivos que levaram os portugueses a construir vilas e cidades em colinas, cercando-as com fortes e muralhas defensivas. Por motivos estratégicos, os espaços urbanos criados pelos portugueses se localizavam frequentemente em colinas e próximo ao mar; outras vezes, se encontravam no sertão, às margens de um rio navegável. O objetivo dos colonizadores era criar uma cidadela protegida dos ataques extremos e, ao mesmo tempo, contar com as facilidades de circulação oferecidas pelos transportes marítimos e fluviais (RAMINELLI *apud* NUNES, 2006).



A escolha estratégica do espaço, não obstante, era um problema pela ausência de um porto ativo. Segundo Maria Tethis Nunes (1996, p.171) era “localizada no fundo do Paramopama, ali nem embarcações de pequenos calado entravam quando a maré estava baixa.”. Assim, o cotidiano cristovense era predominantemente burocrático e religioso, com a forte presença Carmelita e Franciscana. O desenvolvimento de seu conjunto arquitetônico tem participação fundamental dessas ordens religiosas que deram a capital o tom barroco destacável em sua composição estética. Sobre as construções é relevante a consideração de Carlos Ott: “o Convento do Carmo de São Cristóvão pertence aos monumentos mais perfeitos existentes no Nordeste brasileiro. A sua Igreja possui uma fachada apreciavelmente superior à da Matriz carmelita da cidade do Salvador.”(OTT *apud* NUNES, 1996, p.279).

Esses aspectos históricos configuram a cidade na qual a Praça São Francisco é construída. É preciso destacar, sobretudo, que sua formação ocorre durante a União Ibérica, período no qual Portugal e Espanha estiveram sob o governo de uma mesma coroa e é nisso que reside as características que formulam a singularidade arquitetônica do espaço: sua influência luso-hispânica. Edificada por ordens religiosas associadas à colônia portuguesa, a praça é disposta em sua largura e comprimento e nas lajes de pedra do piso de acordo com as preconizações da Lei IX das Ordenações Filipinas com formato semelhante a “*Plaza Mayor*”, comum nas construções espanholas. Sendo, em síntese, um legado do período de União Ibérica com valor universal, um remanescente ímpar da arquitetura religiosa europeia projetada nos trópicos (Apêndice 2, p. 22 e 5, p.24).

Somado a isso, a integridade da praça em sua unicidade estética e boa preservação física faz dela um resquício autêntico de uma cidade colonial brasileira, além de se configurar enquanto um importante espaço de manifestações da cultura tradicional e popular que remonta às ancestralidades indígena e africana. Logo, a Praça São Francisco é um ponto de confluência cultural e um registro material singular da história mundial o que a levou em 1 de Agosto de 2010 ser reconhecida pela UNESCO enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade (Apêndice 4, p.23).

No decurso histórico da colônia, em de 17 de março de 1855, a capital de Sergipe é transferida de São Cristóvão para Aracaju, deslocamento justificado pelas necessidades econômicas e comerciais do período. Destacam-se na historiografia figuras de resistência, como João Bebe Água, contrárias ao movimento de mudança porque previam um possível desamparo sobre o qual a cidade seria submetida. Hoje, embora cidade seja um documento memorial vivo e patrimonializado

(Apêndice 3, p.23), seus signos e sua importância contrastam na relação dos cidadãos com aquele espaço.

- **Os desafios na relação entre os cidadãos e a Praça São Francisco enquanto patrimônio cultural.**

Os dados obtidos, por meio das visitas técnicas e entrevistas informais na região da Praça São Francisco informaram os avanços e retrocessos da gestão do patrimônio.

É indiscutível o valor identitário que os patrimônios culturais, materiais ou imateriais. A memória coletiva, evocada através do reconhecimento nesses, é uma ferramenta fundamental para a construção da identidade, manutenção e valorização de diferentes grupos que constituem o corpo social. Isto posto que, “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós” (HALBWACHS, 2013, p. 30).

Entretanto, há um processo de afastamento simbólico na relação dos cristovenses com a Praça São Francisco, resultando em um não pertencimento que põe em risco sua conservação. Isso ocorre porque embora o índice de manutenção e desenvolvimento da Educação (MDE) de 2018 tenha o percentual de 28,6% (superior aos 25,39% da capital Aracaju) (TCE-SE, 2020), bem como a taxa de escolarização na faixa de 6 a 14 anos de idade seja de 97,7 %, (IBGE, 2020) o Ensino de História apresenta dificuldades no provimento de uma Educação Patrimonial e História Local capaz de motivar o interesse, a compreensão e o afeto pelo espaço com o título de patrimônio mundial.

Através das entrevistas informais foi possível identificar o distanciamento entre a população e a historiografia local, à exemplo do processo de formação escolar no qual o contato com a História de Sergipe é insuficiente e o formato tradicional desmotiva o interesse dos jovens, segundo relato dos moradores da região.

Sem a base histórica a noção de pertencimento se esgarça, as razões da patrimonialização são incompreendidas, ocorre uma sensação de inadequação dos moradores com o bem cultural, embora o espaço faça parte do cotidiano da cidade e seja palco de grandes eventos, como o Festival de Artes de São Cristóvão (FASC) ou a Festa do Senhor dos Passos. A proximidade física da praça não se reflete no entendimento dos signos e das memórias nela resguardados. É um espaço de trânsito para os residentes-trabalhadores, de educação para as crianças e jovens através das visitas

escolares aos museus e de fruição cultural para os turistas. São três percepções distintas que terminam não dialogando entre si.

O último censo do IBGE (2019) quantificou a população do município de São Cristóvão em 90.072 habitantes. Os dados do IBGE (2018) sobre trabalho e rendimento apontou para a recepção de um salário médio mensal de 3.6 salários mínimos por parte dos são-cristovenses. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 16.1%. Sendo que os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 41.6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 73º de 75º dentre as cidades do estado e na posição 2529º de 5570º dentre as cidades do Brasil. Apesar de ter havido uma mudança na ampliação do fomento à economia da cultura e economia criativa no município, mais de 80% da população em idade adulta ainda precisa se deslocar para empregos em Aracaju, usando a cidade de São Cristóvão apenas como dormitório. Isso contribui para uma reduzida experiência cultural no espaço patrimonializado e na visão de que o título não impactou na geração de emprego e renda para seus moradores. Outro aspecto significativo a salientar é o fato de que 70% da população trabalhadora entende o patrimônio mundial como um “espaço para turistas” e não para si. Isso nos fez perceber a necessidade da articulação entre políticas públicas de gestão de turismo e de educação patrimonial, pois

Diante das relações de produção e consumo dos espaços urbanos pelo turismo, e da importância do patrimônio cultural na oferta turística das cidades históricas, as políticas públicas de preservação do patrimônio possuem uma ligação intrínseca como desenvolvimento do turismo (ARAGÃO, 2019, p.46).

O estudo de Rasoolimanesh *et al.* (2017, p.142-143) sobre os fatores que contribuem para a participação da comunidade em um local do patrimônio mundial definiu três níveis mais comuns nestes espaços: a) **participação coercitiva** (nível mais baixo) onde os moradores não têm o poder de autodeterminação sobre seu grau de participação; seu papel na promoção do turismo e os benefícios econômicos deste são decididos por agências externas; b) **participação induzida** (nível médio) confere aos residentes locais uma voz no processo de gestão do patrimônio e desenvolvimento do turismo, porém, eles não têm poder ou controle real sobre o processo de tomada de decisão; c) **participação espontânea** (nível mais alto) na qual os moradores locais têm o poder de tomar decisões e controlar o processo de desenvolvimento.

Rasoolimanesh et al. (2017, p. 143) ainda enfatiza que a simbiose entre o patrimônio mundial e o turismo, geralmente envolve tensões nas prioridades concorrentes do desenvolvimento do

turismo do espaço patrimonializado para a promoção econômica das comunidades locais e a necessidade de preservar a integridade do próprio local, garantindo a continuidade do próprio recurso sobre o qual a comunidade local espera lucrar.

A relação dos residentes com o turismo e a salvaguarda do patrimônio mundial só ganha motivação quando há aumento da renda dos comerciantes e mesmo trabalhadores autônomos do local, oportunidades de emprego no próprio município direta ou indiretamente vinculados ao espaço patrimonializado, melhoria dos padrões de vida com maior oferta de fruição cultural para os moradores, maior infraestrutura pública (educação, saúde, transportes, saneamento, segurança, etc.) e maior disponibilidade da área para usos sociais (RASOOLIMANESH *et al.*, 2017, p. 144).

Por isso entendemos que as ações de Educação Patrimonial precisam atuar com um tríplice movimento em áreas de patrimônio mundial: 1. **Informação/Formação** para uma consciência cidadã nas escolas, em cursos e oficinas itinerantes em museus, bibliotecas, igrejas, praças públicas, etc. com apoio de órgão como IPHAN, UNESCO, dentre outros; 2. **Gestão do patrimônio cultural** com incisiva participação popular, com voz e voto ao lado dos representantes eletivos (fóruns, assembleias, conferências de cultura e patrimônio mundial nas localidades); 3. **Economia da cultura e Economia criativa**, alicerçada por incentivos financeiros (empréstimos em condições especiais para residentes que abram novos negócios e; redução de impostos para comerciantes locais) e de infraestrutura (melhoramento de rodovias, apoio aos povoados nas circunvizinhanças do centro histórico, sistemas de água e esgotamento sanitário, maior e melhor oferta de transportes).

Assim, a Educação Patrimonial é imprescindível. Através dela é possível estabelecer um processo educacional de conscientização, por meio do saber histórico, que leve a população ao pertencimento com o espaço, valorizando e salvaguardando as heranças culturais em um caminho de aproximação com seus bens patrimonializados. Horta, Grunberg e Monteiro (1999) definem a Educação Patrimonial como uma via para a “alfabetização cultural” que consiste em fazer o sujeito compreender o universo que o rodeia através de uma leitura sociocultural e histórico temporal, criando um vínculo mais forte. Sobre tal processo Wenceslau e Oliveira (2016, p.32) frisam:

A metodologia da Educação Patrimonial não busca apenas estimular a conservação física dos lugares históricos, como prédios, monumentos, praças, bens naturais, entre outros, busca também resgatar a memória e os valores que levaram a comunidade a reconhecer naquele personagem, objeto ou prédio histórico como patrimônios de uma coletividade. A Educação Patrimonial, portanto, pretende resgatar a relação de afeto entre a comunidade e seus patrimônios, estabelecendo entre eles um processo de aproximação, fazendo com que a comunidade tenha um sentimento de pertencimento em relação a seus bens

patrimoniais, desejando, assim, seu resgate e preservação.

Nesse contexto, a “alfabetização cultural” é uma ferramenta de mediação para a sensibilização dos moradores da cidade de São Cristóvão. Por meio dela é possível criar um elo com a praça que vá além da condição de um espaço apenas cotidiano/funcional para uma integração afetivo-cultural, transpondo a relação estritamente material para uma relação identitária. O patrimônio e sua lógica de signos não se impõem sozinhos pela materialidade apenas, a cultura é um organismo vivo cuja participação popular é fundamental para sua constituição e manutenção.

A educação patrimonial relacionada ao turismo, em suma, corresponde a uma forma de assegurar o entendimento da memória social e da importância de sua preservação e salvaguarda, por residentes e visitantes (evitando depredações por ambos). Integrar a comunidade a sua própria história é criar um sentimento de pertencimento fundamental, fortalecendo a identidade do grupo cultural e abolindo o distanciamento simbólico da área patrimonializada, além de promover cidadania e consciência para decisões sociais e políticas que envolvam o turismo cultural sustentável, gerador de oportunidades econômicas.

A conferência da estatística no período de 2008 a 2014, elaborados pela parceria do Ministério do Turismo com o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas, no que diz respeito à competitividade dos destinos turísticos no Brasil, com recorte para os espaços de não-capitais revelou, de forma geral, um processo crescente nas quatro dimensões em destaque na tabela 1.

Tabela 1: Escalonamento das Dimensões de Competitividade em Não-Capitais (2008-2014)\*

<b>Dimensões/Anos</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Atrativos Turísticos	59,3	60,2	61,3	62,5	63,4	62,8
Marketing e promoção do destino	32,4	36,5	39,8	42,5	44,4	45,7
Economia local	50,9	49,6	51,5	53,7	55,2	54,8
Aspectos culturais	49,8	48,7	50,0	51,2	52,4	55,6

Fonte: Adaptação de BARBOSA, 2014, p.36 (\*) O ano de 2012 não foi incluso no material oficial.

O Relatório de Competitividade Turística 2014 (BARBOSA, 2014, p. 40) enfatizou ainda “a necessidade de melhorias em estruturas de apoio ao turista, na avaliação de parte dos atrativos turísticos naturais e culturais”. Chamando atenção o entrave de mais da metade dos atrativos turísticos não proporcionar acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Situação evidenciada nas edificações históricas da Praça São Francisco, em São Cristóvão.

Um ponto importante identificado durante as visitas técnicas em São Cristóvão entre 2019

mostraram a ausência da sinalização de patrimônio mundial da humanidade utilizada nos espaços sob chancela da UNESCO. Depois de dez anos, o símbolo só aparece no documento de titularidade emoldurado no Museu Histórico de Sergipe, quando deveria estar visível em prédios ou pisos da praça. Após conversa com o setor público de turismo da cidade, indagando sobre a sinalização, informaram que estava sendo providenciada para a FASC 2019. O que de fato aconteceu, todavia, com a sinalização do patrimônio mundial alocada no lugar errado, na Praça Getúlio Vargas.

No tocante aos investimentos financeiros que antecederam o processo de patrimonialização pela UNESCO da Praça São Francisco, o Programa Monumenta, em 2008, orçou uma Previsão de investimentos no total de R\$ 4,9 milhões, sendo direcionando R\$ 1,2 milhão na recuperação de imóveis privados (DIOGO, 2009, p.124), assim

Os valores dessas propostas se concentraram na faixa de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil (60%). Nas demais (33%), os valores ficaram abaixo de R\$ 20 mil e 7% acima de 50 mil. O menor valor apresentado foi de R\$ 5 mil e o maior, de R\$ 107 mil. Em 40% delas, os proponentes declararam ter renda inferior a três salários mínimos. A maioria das propostas se referia a imóveis para uso residencial (70%). (DIOGO, 2009, p.126).

Nesse contexto ocorreu a restauração do imóvel da “Casa das Queijadas”, residência de dona Marieta Santos, que afirmou ter sido “[...] a melhor coisa do mundo, o maior sonho que podia acontecer era eu ter reformado essa casa, sonho que durava 20 anos. A cidade vai ter o ponto turístico. Quando o turista chegar, vai ter onde sentar, onde merendar e ver fazer os doces”. (DIOGO, 2009, p.127).

Ações como essa abrangeram o processo de candidatura da Praça São Francisco, no qual durante a inscrição, o Estado parte precisou explicitar como iria gerir o valor universal excepcional do bem, respondendo às questões no formulário de candidatura e demonstrando a existência de um plano ou sistema de gestão adequado à proteção do bem.

De acordo com o turismólogo Ivan Aragão (2011, p.98-99), a candidatura da praça foi composta por duas fases, uma na 32ª Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, em 2008, no Canadá, quando anunciaram o valor universal da praça e a comissão sugeriu adequações necessárias do sítio urbano, a ser realizado dentro de três anos. E em 2010, na 34ª Sessão do Comité do Património Mundial da UNESCO, realizada em Brasília, momento em que a delegação do país, apoiada pela espanhola, apresentou ao Comité o valor do sítio histórico de São Cristóvão, como resultado das Ordenações Filipinas em terras espanholas e portuguesas.

- **As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDCs) como ferramenta pedagógica na “alfabetização cultural” dos moradores de São Cristóvão e a questão do turismo.**

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) surgem como uma ferramenta alternativa para a educação patrimonial. A comunicação virtual, através de *sites*, redes sociais e, sobretudo, aplicativos para *smartphones* possibilitam uma interação mais dinâmica e atrativa para os usuários. Assim,

Consistem em TI bem como quaisquer formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos dos seres. Ainda, podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam por meio das funções de *software* e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de negócios, da pesquisa científica e de ensino e aprendizagem (MOURA, 2015, p.78).

É preciso, portanto, integrar o ensino de História e do Patrimônio Cultural em uma nova perspectiva pedagógica na qual a comunicação com as comunidades esteja mais atualizada. É preciso repensar o enrijecimento dos métodos de conhecimentos tradicionais e realocá-los na realidade contemporânea em suas formas de comunicação, através das tecnologias.

Diante do exposto, as TDICS constituem uma alternativa de informar/formar e agregar significado de pertença cultural à comunidade cristovense, além de servir como ferramenta de orientação aos turistas que frequentam a região. A aproximação, desse modo, tende a ser mais democrática oportunizando o acesso aos espaços patrimonializados e sua História através de visitas à distância, de ferramentas de otimização às visitas técnicas/turísticas e/ou do livre banco de imagens, vídeos e dados historiográficos, proporcionando “um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4).

No âmbito da Organização Mundial do Turismo e da UNESCO, em 2018, a Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura, realizada em Istambul, enfatizou a importância do trabalho direto com as comunidades locais (POLOLIKASHVILI, 2019, p.37). Já a Conferência Mundial sobre Turismo e Cultura de 2019, em Quioto, no Japão, dentre outras propostas, incentivou o empreendedorismo e a transformação digital do setor, compreendendo que:

A tecnologia, nesse sentido, pode ser usada para compartilhar a história de determinada cultura de forma ampla e abrangente, e as exposições digitais podem

aumentar ainda mais a popularidade dos museus e outras atrações. Paralelamente, a Unesco tem tido experiências bem-sucedidas no uso de aplicativos, realidade virtual e tecnologia vestível para enfrentar a problemática da superlotação dos sítios Patrimônio Mundial, ao mesmo tempo que enriquece a vivência do visitante e protege os monumentos (POLOLIKASHVILI, 2019, p.39).

A tecnologia digital já tem sido posta à serviço da digitalização do patrimônio com *apps* direcionados à orientação de turistas. A UNESCO, em 2003, formulou estratégias para a preservação do patrimônio cultural digital disposto em textos, bases de dados, imagens fixas ou móveis, áudios, *softwares*, mapas e páginas da *web* (RAMIRES, 2019, p.31-32) e ainda:

A UNESCO utiliza tecnologia de monitoramento espacial para documentar e conservar patrimônios históricos da humanidade. As imagens de satélites podem prover informações sobre a evolução das ameaças ao patrimônio, auxiliando as cidades e instituições nas soluções dos problemas identificados (UNESCO, 2020).

O uso de tecnologia 3D com escaneamento de *laser* digital, uso de programas como *Autocad* e *Sketch Up* para modelagem digital da arquitetura de sítios patrimoniais, bem como *Walk Through* que permitem caminhar virtualmente por esses espaços. Além de *apps* como o “Brasília Tour Virtual”, os roteiros turísticos no *Google Earth*, os vídeos do *World 4K* no *YouTube* e as filmagem por Drones que buscam promover a imersão através de espaços amplos, abertos, com maior ou menor interatividade, informando, comunicando e seduzindo o usuário para que a visita presencial ocorra, incentivando um planejamento prévio que garante maior autonomia e decisões à respeito do roteiro. Tudo isso compondo o que se chama de “destinos turísticos inteligentes”, tendo ainda o suporte via *web* da rede hoteleira, oferta gastronômica, festivais, feiras e outros canais de hospitalidade nos atrativos turísticos de destino.

Com o intuito de usar tecnologias sociais digitais de baixo custo, associando Patrimônio Cultural, Ensino de História e Turismo nasceu o *app Smart Cultural Tour* contendo dados sobre os patrimônios culturais e naturais da humanidade no Brasil, cancelados pela Unesco, com ênfase na Praça São Francisco, em São Cristóvão. Assim, o *app* traz imagens, minibiografias, links, informações da Unesco, vídeos do *Youtube* sobre Sergipe e um *podcast* 30 minutos no patrimônio cultural com falas da equipe do projeto e convidados. Possui originalidade, pois é o único *app* no país, criado em um projeto universitário, até o momento, que apresenta e valoriza todos os espaços patrimoniais brasileiros da humanidade. Os *apps* similares nacionais ou internacionais ou são muito seletivos em sua especificidade (caso de *apps* como o *app* Portal do Patrimônio que só traz dados do Rio de Janeiro ou de outros como o *app* World Heritage – UNESCO List, com 1121 locais, mas



que termina sendo mais atrativo ao patrimônio internacional). Para difusão foi elaborada uma marca, submetida à registro no INPI, que se configura como ícone de acesso. Seu *download* pode ser realizado via QR Code, que pode ser disposto em aeroportos, rodoviárias e levado para escolas como recurso didático digital nas aulas de Ensino de História e Patrimônio Cultural (Apêndices 7, 8 e 9, p.25).

## 5. CONCLUSÕES

A adoção de tecnologias digitais de ensino demonstra que o conhecimento histórico, embora esteja associado ao passado, para manter-se atual e eficaz em seu processo pedagógico, precisa se renovar em seu modo de compartilhamento. Para tornar o Ensino de História significativo é preciso “integrar o mais avançado com as técnicas convencionais, integrar o humano e o tecnológico, dentro de uma visão pedagógica nova, criativa, aberta” (MORAN, 1997, p.7).

As Tecnologias de Informação Digital e Comunicação (TIDCs) com suas diversas possibilidades - capazes de auxiliar o processo de conscientização patrimonial da comunidade nacional e são-cristovense, além de servir como ferramenta turística - foram utilizadas na criação do aplicativo *Smart Cultural Tour*.

Ademais, o patrimônio cultural carrega em si, além da dimensão da memória social, uma dimensão econômica. Trabalhar a manutenção do bem cultural não é somente estimular a sua rememoração pelas gerações, mas também proporcionar a subsistência da comunidade a qual ele integra por meio do seu consumo; seja compra de artesanato, gastronomia e demais serviços do *trade* turístico (Apêndice 6, p.24).

Em São Cristóvão, o turismo junto à cultura material e imaterial sergipana é uma fonte de geração de emprego e de renda para a população local. Com a patrimonialização da Praça São Francisco houve um incremento dessa vertente, no entanto, a gestão na cidade ainda é deficitária - ressaltando que, embora somente a praça São Francisco tenha tutela da humanidade, vários espaços são tombados individualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – e o potencial turístico tem se perdido em problemas como: a falta de sinalização ou a sinalização errada, o despreparo técnico dos guias contratados (sem formação específica) que divulgam a história local com informações erradas aos visitantes, o difícil acesso a restaurantes e hotéis, além do difícil acesso a própria cidade (rodovia e transportes precários), sendo estas questões ressaltadas por visitantes e pelos próprios moradores da região.

## **6. PERSPECTIVAS**

Com a divulgação na rede social Facebook do *app Smart Cultural Tour* houve o interesse da Secretaria de Cultura e Turismo de São Cristóvão em adotá-lo para divulgação em sua homepage, bem como junto ao segmento.

Ainda o SEBRAE-SE demonstrou interesse em também realizar a difusão do app em sua página local e na página do Sebrae nacional, tendo em vista seu caráter não-endógeno. Premissas que tornam possível a transferência da tecnologia criada na universidade a partir desse projeto que se no início iria propor a criação de um app, terminou por fazê-lo de fato.

Um capítulo de livro trazendo essa experiência, em co-autoria dos pibics envolvidos nesse projeto, será publicado entre setembro e outubro no ebook: MELLO, J.M. (Org.) *Tecnologias Exponenciais no Ensino de História*. Novo Portais para um Velho Mundo. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020 (No prelo).

Foi submetido artigo com a parte final do projeto à revista colombiana “Práxis Pedagógica” (ISSN: 0124-1494), aguardando parecer de publicação, e divulgação do *app Smart Cultural Tour* para a Plataforma Digital Humanidades (<https://humanidadesdigitais.institutoconex.org/>) sob a coordenação do Instituto Conexão Sociocultural, com comitê científico formado por pesquisadores de diversas universidades no país.

Acreditamos que as pesquisas detentoras de bolsa em seus planos de trabalho devem ser extrovertidas para a comunidade extramuros, além de levar aos outros espaços geográficos o nome da instituição para dialogar com outros cursos e acadêmicos, por isso a participação em eventos e publicações ao longo dos 12 meses do projeto.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DE PESQUISA**

ALVES, José Francisco. **Fontes para História de Sergipe Colonial (Séculos XVI – XVIII)**. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Praça São Francisco em São Cristóvão-Sergipe-Brasil: locus sociocultural e patrimônio da humanidade. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. PPG-PMUS/ UNIRIO /MAST. Vol. 4 no 2, 2011, p. 97-109.

ARAGÃO, Ivan Rêgo. O imaginário da Cidade de São Cristóvão: patrimônio, turismo cultural e elementos em pedra calcária, no centro antigo. **Revista Turismo & Cidades**. São Luís, Vol. 1, n. 1, p. 39-56, jan./jun. 2019.

BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Coord.). **Índice de competitividade do turismo nacional (Recurso eletrônico)**: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2014. Brasília, DF: SEBRAE, 2014.

CERRI, Luis Fernando. Oficinas de ensino de história: pontes de didática da história na transição do currículo de formação de professores. **Educ. rev.** [online]. 2006, n.27, pp.221-238.

CHUVA, Marcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 35, 2017. Brasília: IPHAN, 2017.

DIOGO, Érica (Org.). **Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.

GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista de Patrimônio Mundial**. São Cristóvão: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007. 155p.

GONZÁLEZ SANTA-CRUZ, F.; LÓPEZ-GUZMÁN, T. Culture, tourism and World Heritage Sites. **Tourism Management Perspectives**, 24, 2017, p.111–116. DOI: <http://10.1016/j.tmp.2017.08.004>, acesso em: 20/06/2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, 1999.

IBGE. **Cidades – São Cristóvão, Brasil**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-cristovao/panorama>, acesso em:

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portal IPHAN, 2014. Página Inicial. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>>, acesso em: 20/06/2020.

MORAN, José Manuel. Como utilizar a internet na educação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 2, p. 1-8, 1997.

MOURA, Samuel Pedrosa; OLIVEIRA, Cláudio. TIC's na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. In: **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, Jan, 2015.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial I**. 2 ed. São Cristóvão: EDUFS, 2006.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe colonial II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. O patrimônio cultural e a materialização das memórias individuais e coletivas. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP/FCLAs/CEDAP, v.3, n.1, 2007, p.87-100.

POLOLIKASHVILI, Zurab. Cultura e turismo como estratégias para o desenvolvimento sustentável. In: BRITO, Marcelo (Org). Dossiê: Gestão turística em sítios patrimoniais: boas práticas internacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 39, 2019, p..33-39.

RAMIRES, J.C.de L. Ciberespaço e patrimônio cultural digital: algumas reflexões. **PatryTer–Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades**, 2(3), 2019, p. 26-36. Disponível em:: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/22109/21273>, acesso em: 12/06/2020.

RASOOLIMANESH, S. M., JAAFAR, M., AHMAD, A. G., BARGHI, R. Community participation in World Heritage Site conservation and tourism development. **Tourism Management**, 58, 2017, p. 142–153. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.10.016>, acesso em: 21/06/2020.

WENCESLAU, Franclín Ferreira; OLIVEIRA, Fabiana de. Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do sítio “Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. In: SANTOS, Rosângela dos. **Políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural e identidade: considerações acerca do título de patrimônio cultural da humanidade concedido à praça São Francisco, em São Cristóvão-Sergipe**. São Cristóvão: s/e, 2016.

## 8. OUTRAS ATIVIDADES:

\*Apresentação oral da pesquisa no VIII *Encontro de Pesquisadores Iniciais das Humanidades* 2019 promovido pelo PET História – UFS (31/10/2019);  
. Participação na VI SEMAC – 29º Encontro de Iniciação Científica – Monitoria (18/10/2019 – 21/10/2019);

\*Participação no curso preparatório Pré-PIBIC, referente ao edital nº 02/2019 COPES/POSGRAP/UFS (01/09/2019);

\*Participação no evento “São Cristóvão: uma etnografia do esquecimento” durante a VI SEMAC – 29º Encontro de Iniciação Científica (05/11/2019);

\*Participação na VI SEMAC – 29º EIC/COPES – Bioética em pesquisa com seres humanos (06/11/2019);

\*Participação no *I Colóquio de Ensino de História: A identidade do professor-pesquisador: Minicurso Criação de App em Ensino de História*, realizado pelo Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória-UFS) em 17/12/2019;

\*Participação no Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET/CNPq - DHI-UFS), na linha Patrimônio Cultural, Documentos e Tecnologias, como ouvinte e responsável pela discussão do texto “Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002” de Márcia Chuva.

\*Participação no *VI Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História* (UNESPAR/UERJ) como leitor e comunicador do texto “O ensino de História e Patrimônio Cultural: as tecnologias e a atualização no modo de se compartilhar o conhecimento histórico” (18/05/2020 a 22/05/2020);

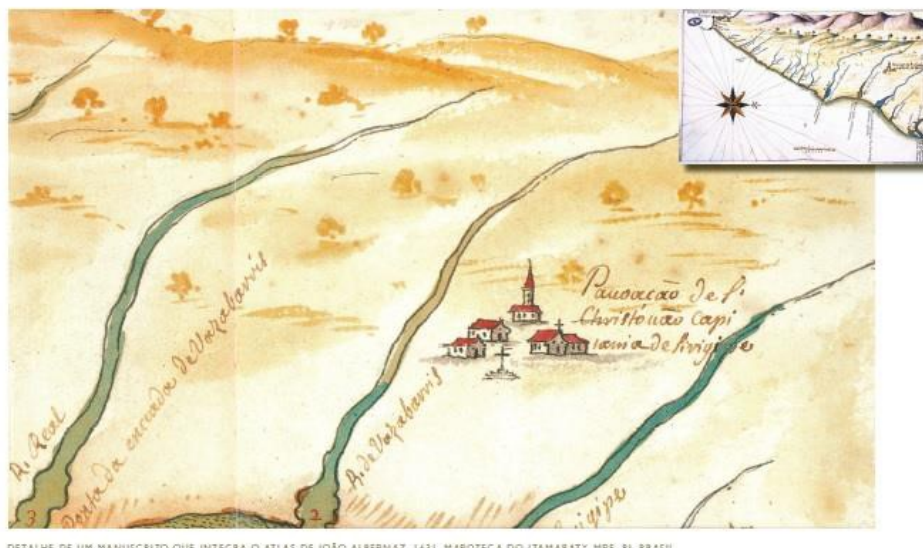
\*Publicação do Capítulo “O ensino de História e Patrimônio Cultural: as tecnologias e a atualização no modo de se compartilhar o conhecimento histórico” no ebook *Ensino de História: Mídias e Tecnologias*, Ed. Sobre Ontens/UERJ (ISBN: 978-65-00-02130-1);

\*Produção do texto “Um estudo sobre a Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE), enquanto patrimônio cultural da humanidade”.

\*Produção do *Podcast* “30 minutos no patrimônio” presente no app *Smart Cultural Tour*. Plataforma digital *Soundcloud*.

## APÊNDICE

1. Mapa da Povoação de S. Christovao Capitania de Sirigipe



Fonte: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007, p.14.

## 2. Planta baixa do sítio histórico



Fonte: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007, p.35

## 3. Vista aérea cidade e rios vaza-barris e paramopama





Fonte: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007, p.62

#### 4. Usos culturais da praça pelo patrimônio imaterial local (Festas Religiosas e Populares)



24



25



26 PROCESSÃO PELA MO DO PRADO - 1940



27

FASC - DÉCADA DE 90 - TAIEIRA



28

GUERREIRO TREME TERRA



29

TAIEIRA



30

TAIEIRA PROFANA

Fonte: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007, p.58

#### 5. Formulário - Praça São Francisco (planta baixa e edificações históricas)



Fonte: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007 (Anexo 3)

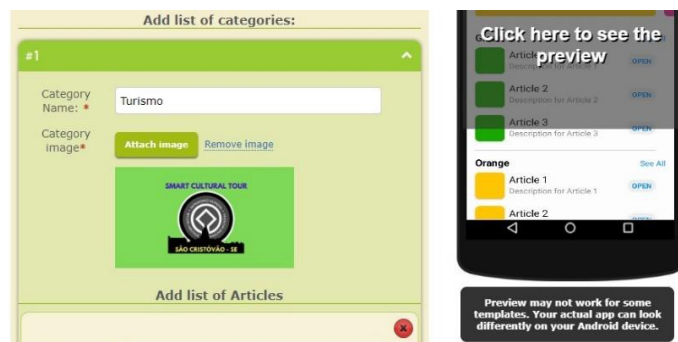
## 6. Exposição Itinerante de São Cristóvão – Pannel 12: Culinária + Geografia



Fonte: GOVERNO DE SERGIPE/PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO/IPHAN, 2007 (Anexo Imagens)

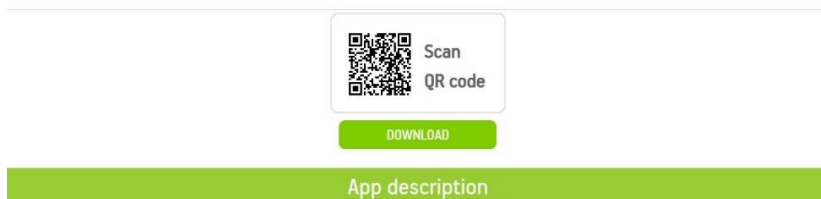
## 7. Elaboração do App Smart Cultural Tour na Plataforma digital aberta com inserção da marca mista





Fonte: Print do processo de elaboração do app (2020)

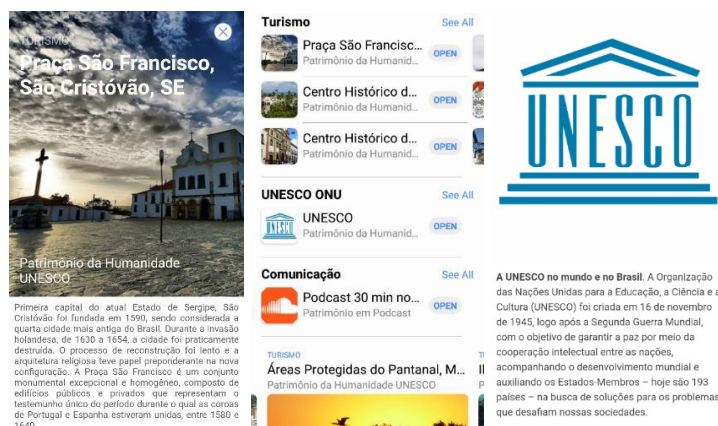
## 8. QR Code para download e texto de apresentação do app



Este aplicativo fornece um guia para estudos de História Cultural e do Turismo sobre o Patrimônio Cultural da Humanidade, no Brasil, reconhecido pela Unesco. Toda a pesquisa e criação foi produzida pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Departamento de História (DHI), Projeto PIBIC (2019-2020) "Smart Cultural Tour", sob coordenação da Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello e participação dos alunos bolsistas: Luan Santos e Romero Romulo.

Fonte: Print do processo de elaboração do app (2020)

## 9. Layout das interfaces do App (Praça São Francisco; Patrimônios Mundiais, Podcast; UNESCO)



Fonte: Print do processo de elaboração do app (2020)